



Simulado Especial

TRT SP

Analista Judiciário - Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRT-SP (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do TRT-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/QPYJC2qCNqTeEhdU6>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	13 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	14 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Ufvx>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

Foi numa festa de família, dessas de fim de ano. Já que o bisavô estava morre não morre, decidiram tirar uma fotografia de toda a família reunida, talvez pela última vez.

A bisa e o bisa sentados, filhos, filhas, noras, genros e netos em volta, bisnetos na frente, esparramados pelo chão. Castelo, o dono da câmara, comandou a pose, depois tirou o olho do visor e ofereceu a câmara a quem ia tirar a fotografia. Mas quem ia tirar a fotografia? – Tira você mesmo, ué. – Ah, é? E eu não saio na foto?

O Castelo era o genro mais velho. O primeiro genro. O que sustentava os velhos. Tinha que estar na fotografia. – Tiro eu - disse o marido da Bitinha. – Você fica aqui - comandou a Bitinha. Havia uma certa resistência ao marido da Bitinha na família. A Bitinha, orgulhosa, insistia para que o marido reagisse. "Não deixa eles te humilharem, Mário Cesar", dizia sempre. O Mário Cesar ficou firme onde estava, do lado da mulher.

A própria Bitinha fez a sugestão maldosa: – Acho que quem deve tirar é o Dudu... O Dudu era o filho mais novo de Andradina, uma das noras, casada com o Luiz Olavo. Havia a suspeita, nunca claramente anunciada, de que não fosse filho do Luiz Olavo. O Dudu se prontificou a tirar a fotografia, mas a Andradina segurou o filho. – Só faltava essa, o Dudu não sair.

E agora? – Pô, Castelo. Você disse que essa câmara só faltava falar. E não tem nem timer! O Castelo impávido. Tinham ciúmes dele. Porque ele tinha um Santana do ano. Porque comprara a câmara num duty free da Europa. Aliás, o apelido dele entre os outros era "Dutifri", mas ele não sabia.

– Revezamento - sugeriu alguém. – Cada genro bate uma foto em que ele não aparece, e... A ideia foi sepultada em protestos. Tinha que ser toda a família reunida em volta da bisa. Foi quando o próprio bisa se ergueu, caminhou decididamente até o Castelo e arrancou a câmara da sua mão. – Dá aqui. – Mas seu Domício... – Vai pra lá e fica quieto. – Papai, o senhor tem que sair na foto. Senão não tem sentido! – Eu fico implícito - disse o velho, já com o olho no visor. E antes

que houvesse mais protestos, acionou a câmara, tirou a foto e foi dormir.

L.F. Veríssimo

1. De todas as relações interpessoais tradicionalmente presentes em uma família, no texto acima somente não se pode perceber:

- a) rivalidades disfarçadas
- b) indiferença com pessoas mais velhas
- c) tensões veladas
- d) hierarquias afetivas
- e) cenas triviais

2. Após a leitura atenta do texto, é possível inferir:

- a) um retrato do autoritarismo e das tensões escondidas sob a fachada de harmonia familiar.
- b) a vontade do velho bisavô de demonstrar que tem as rédeas da família.
- c) uma crítica à falsidade nas relações familiares.
- d) indiferença do bisavô com a família.
- e) a fragilidade dos laços humanos, com a pouca importância que é dada à morte iminente do velho.

3. *Mas quem ia tirar a fotografia?*

A forma verbal acima, transposta para a voz passiva, ficaria correta da seguinte forma:

- a) foi tirada
- b) ia tirada
- c) seria tirado
- d) teria tirado
- e) ia ser tirada

4. Assinale a opção em que o elemento 'que' serve para retomar expressão anterior.

- a) Já que o bisavô estava morre não morre
- b) Tinha que estar na fotografia.
- c) Acho que quem deve tirar é o Dudu...
- d) O que sustentava os velhos.
- e) Havia a suspeita, nunca claramente anunciada, de que não fosse filho do Luiz Olavo.

5. '- Ah, é? E eu não saio na foto?'

Se a frase acima fosse transposta para o discurso indireto, teríamos coerentemente a seguinte frase:

- a) Ele perguntou quando sairia na foto.
- b) Ele perguntou se ele não sairá na foto.
- c) Ele perguntou se ele não sairia na foto.
- d) Ele perguntou quando ele sai na foto.
- e) Ele perguntou se ele não saiu na foto.

6. Assinale a frase que apresenta total respeito às normas de concordância.

- a) No seio da família, onde se esperariam a transparência dos afetos, frequentemente germina a falsidade sutil, disfarçada de cortesia e de sorrisos convenientes.
- b) A falsidade familiar, ainda que encoberta por rituais de união e afeto, manifesta-se nos silêncios calculados, nas deferências fingidas e nas pequenas disputas de prestígio que transformam o lar em um delicado teatro de dissimulações.
- c) Os jogos de poder, a vaidade pueril e as tensões latentes corroem silenciosamente o ideal romântico da família, enquanto o bisavô, em seu gesto silencioso de desprendimento, revelam ser o único a compreender a verdadeira grandeza da presença implícita.
- d) O ato singelo do velho, que se ausenta da foto para preservar a unidade familiar, erguem-se como gesto final de lucidez em um ambiente de disfarçada hostilidade.

e) Na efemeridade dos encontros familiares, pequenas disputas de vaidade entre o cerne de uma família tradicional revela as fissuras ocultas sob a aparência de harmonia.

7. Está totalmente adequada a pontuação em:

- a) Respeitar os mais velhos, é honrar a memória viva da humanidade, reconhecendo neles a sabedoria acumulada pelo tempo e o testemunho silencioso das gerações que nos precederam.
- b) Na reverência aos mais velhos manifesta-se a nobreza de espírito daqueles que compreendem que a experiência e a memória são alicerces indispensáveis para a construção do futuro.
- c) Ignorar os anciãos é recusar as lições do tempo; respeitá-los ao contrário, é cultivar a humildade de quem sabe que a maturidade humana se edifica sobre os alicerces da experiência.
- d) A dignidade de uma sociedade mede-se também pela maneira como trata seus idosos, pois em cada ruga repousa uma história e em cada passo lento ecoa a grandeza de uma vida percorrida.
- e) O respeito aos mais velhos é o tributo silencioso que prestamos àqueles que, com suas dores e conquistas pavimentaram o caminho que hoje trilhamos com menos incertezas.

8. E antes que houvesse mais protestos, acionou a câmara, tirou a foto e foi dormir.

Assinale a opção em que o termo destacado abaixo exerce a mesma função que o elemento sublinhado acima:

- a) Mas quem ia tirar a fotografia?
- b) Acho que quem deve tirar é o Dudu...
- c) O Dudu se prontificou a tirar a fotografia.
- d) Eu fico implícito - disse o velho.
- e) Havia uma certa resistência ao marido da Bitinha na família.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

9. Em São Paulo, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; Master SP (M), Nano Tech (N) e Primer SP (P). Os resultados mostraram que:

- 420 pessoas gostam da rave M.
- 420 pessoas gostam da rave N.
- 500 pessoas gostam da rave P.
- 40 pessoas gostam das três raves.
- 200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.
- 120 pessoas gostam das raves M e N.
- 140 pessoas gostam das raves M e P
- 100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que responderam a pesquisa foi igual a:

- a) 1500
- b) 1.140
- c) 1220
- d) 1260
- e) 1120

10. Dentre os colaboradores que recebem mais de R\$ 4.000,00, qual o percentual dos que recebem menos de R\$ 5.000,00.

- a) 70%
- b) 50%
- c) 90%
- d) 30%
- e) 40%

11. Sabendo-se que no próximo mês está previsto um aumento de 20% em todos os salários pagos, e que não haverá admissão de novos colaboradores, tampouco, demissão, assinale a alternativa que contém a soma da média aritmética simples, da mediana e da moda dos salários que essa instituição pagará aos seus colaboradores, após o aumento previsto:

- a) R\$ 14.520,00
- b) R\$ 14.400,00
- c) R\$ 14.360,00
- d) R\$ 14.240,00
- e) R\$ 14.000,00

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*Géssica Ehle*

12. No que diz respeito ao atendimento prioritário, nos termos da Lei n. 10.048/00, os membros do grupo prioritário indicado terão atendimento antes das demais pessoas. Quanto aos membros do grupo, todos serão atendidos em igualdade de condições, à exceção de um, assinale-o:

- a) pessoas com transtorno do espectro autista
- b) pessoas idosas com menos de 65 (sessenta e cinco) anos
- c) lactantes
- d) obesos
- e) doadores de sangue

13. Quanto ao Símbolo Internacional de Surdez, de acordo com a Lei n. 8.160/1991, analise as assertivas a seguir.

I. É obrigatória sua colocação, de forma visível, em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência auditiva, bem como em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.

II. Admite-se a reprodução do Símbolo Internacional de Surdez em adesivos que servirão para identificar veículos conduzidos por pessoas surdas, vez que se trata de interesse da pessoa com deficiência auditiva.

III. O Símbolo Internacional de Surdez é um cordão de fita com desenho de girassóis.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

14. O conceito de “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”, refere-se a

- a) adaptações razoáveis
- b) acessibilidade
- c) tecnologia assistiva
- d) desenho universal
- e) barreiras

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRT SP

Tiago Zanolla

15. Durante a organização de um evento institucional no TRT-2, o servidor Alan, ocupante de cargo efetivo, negou-se a atender uma solicitação formal da chefia imediata alegando, informalmente, que “a tarefa não era de sua competência” e “que ninguém mandava nele”. O episódio foi presenciado por diversos colegas e gerou atraso no cumprimento de prazos do setor. A chefia reportou o caso à Diretoria-Geral de Administração, que, diante da gravidade ética do episódio, deu início à apuração formal.

Com base nas regras do Código de Ética do TRT da 2ª Região (Ato GP n. 57/2023), é correto afirmar que:

- a) A apuração do caso deverá ser feita exclusivamente pela Corregedoria, independentemente da função exercida por Alan.
- b) O processo de apuração poderá resultar na lavratura de Termo de Ajustamento de Conduta, desde que Alan assumira responsabilidade expressa pelo ato.
- c) A conduta deverá ser informada à Diretoria-Geral, que comunicará o Comitê de Ética e Integridade para providências.
- d) Sendo Alan servidor efetivo, a responsabilidade pela apuração recairá sobre sua chefia imediata, sem necessidade de Comitê.
- e) O caso deverá ser arquivado se Alan apresentar retratação espontânea e informal.

16. A servidora Regina, recém-aprovada em concurso público, foi advertida informalmente por sua chefia por sucessivos atrasos e saídas antecipadas injustificadas. Após reiteradas ausências, sua conduta foi reportada formalmente e apurada pela Diretoria-Geral, que sugeriu ao Comitê de Ética a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Regina aceitou espontaneamente o ajuste, comprometendo-se a compensar as horas e frequentar curso sobre organização funcional.

Sobre o TAC, de acordo com o Código de Ética dos(as) servidores(as) do TRT-2, é correto afirmar:

- a) O TAC poderá ser celebrado mesmo que Regina já tenha celebrado outro termo anterior sobre o mesmo fato.
- b) O TAC não poderá prever metas de desempenho, por ser medida incompatível com princípios éticos.
- c) O descumprimento do TAC será tratado como falta de lealdade à Administração e ensejará apuração disciplinar.
- d) A celebração do TAC é possível apenas se o servidor confessar previamente a infração praticada.
- e) O TAC impede que qualquer eventual responsabilidade civil ou penal venha a ser apurada.

17. Durante auditoria contratual realizada pelo TRT-2, identificou-se que o funcionário terceirizado João, lotado na Seção de Protocolo, desviava-se rotineiramente de suas atribuições, prestando serviços pessoais a uma servidora da ativa em horário de expediente. O fato foi reportado à Diretoria-Geral, que cogitou a possibilidade de celebrar um Termo de Ajustamento de Conduta com João para corrigir a conduta de forma preventiva.

Nessa situação, à luz do Código de Ética dos(as) servidores(as) do TRT da 2ª Região, é correto afirmar:

- a) O TAC poderá ser celebrado com João, desde que o desvio de função não tenha causado prejuízo material.

- b) O TAC poderá ser celebrado com João se houver anuência expressa da contratante.
- c) João não poderá celebrar TAC, pois a norma o exclui expressamente dessa possibilidade.
- d) João poderá ser advertido e permanecer no posto de trabalho, desde que aceite os termos do TAC.
- e) A decisão sobre celebrar ou não o TAC cabe exclusivamente ao Comitê de Ética e Integridade.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

18. Ao utilizar o serviço de Busca, um usuário deseja pesquisar as páginas que contenham exatamente a expressão CONCURSOS EM SP. Para isso, ele deve usar que operador dentre os listados abaixo:

- a) -.
- b) ""
- c) E
- d) OU.
- e) site:

19. No Windows, para acessarmos o Gerenciador de Tarefas, devemos usar que tecla de atalho:

- a) CTRL + SHIFT + T.
- b) CTRL + SHIFT + J.
- c) CTRL + ALT + T.
- d) CTRL + ALT + ESC
- e) CTRL + SHIFT + ESC

20. O ataque que fareja pacotes na rede e que pode ser dos tipos: interno (colocado pelo próprio administrador da rede) ou externo (colocado pelo atacante) é o:

- a) Vírus
- b) Sniffer.
- c) Worm
- d) Spyware.
- e) Backdoor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. Sobre a aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) As normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade indireta e mediata, dependendo de regulamentação posterior para produzirem todos os seus efeitos.
- b) As normas de eficácia plena admitem restrições infraconstitucionais para limitar seu alcance e aplicabilidade.
- c) As normas constitucionais de eficácia contida não possuem aplicabilidade imediata, pois necessitam de complementação legislativa.
- d) As normas programáticas, por terem caráter principiológico, não possuem qualquer efeito jurídico imediato.
- e) Toda norma de direito fundamental tem eficácia plena, independentemente de qualquer regulamentação infraconstitucional.

22. Ricardo, filho de pai brasileiro e mãe italiana, nasceu no Chile e foi registrado em repartição brasileira competente. Ao tornar-se maior de idade, passou a cometer crimes variados, dentre

eles, tráfico ilícito de entorpecentes. Após ser descoberto pela polícia, ele empreendeu fuga para o Brasil.

- a) Caso o governo chileno solicite ao Brasil a extradição de Ricardo, ela não poderá ser negada, visto que o crime de Tráfico ilícito de entorpecentes é hipótese constitucional para a extradição de brasileiros naturalizados.
- b) De acordo com o texto constitucional, Ricardo é brasileiro nato, pelo critério jus solis, pois a repartição brasileira em que foi registrado é considerada extensão do território nacional.
- c) Caso Ricardo opte por nacionalidade diversa, mesmo que originária, terá sua nacionalidade brasileira cancelada.
- d) Ricardo é brasileiro naturalizado.
- e) Ricardo, por ser brasileiro nato, não poderá ser extraditado para o Chile, caso este a solicite.

23. Um município, preocupado com o aumento do comércio de eletrônicos importados, edita lei proibindo a venda de dispositivos eletrônicos fabricados no exterior sem certificação municipal de qualidade. Considerando as regras constitucionais sobre repartição de competências, essa lei municipal é:

- a) inconstitucional, pois trata de matéria de competência privativa da União.
- b) constitucional, pois compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local.
- c) constitucional, pois a Constituição prevê competência concorrente entre União, Estados e Municípios para legislar sobre comércio exterior.
- d) inconstitucional, pois somente os Estados possuem competência legislativa para regular o comércio de bens importados.
- e) constitucional, desde que haja lei estadual autorizando os municípios a regulamentar a comercialização de produtos importados.

24. O Presidente da República editou um decreto que, além de alterar a denominação de órgãos administrativos do Governo Federal, também extinguiu cargos vagos e transferiu alguns deles para outros ministérios, com base em sua discricionariedade administrativa. Considerando as normas constitucionais, a medida praticada pelo Presidente da República:

- a) é inconstitucional, pois a extinção e criação de cargos públicos são matérias reservadas à lei, e o Presidente da República não pode regulamentá-las por decreto.
- b) é regular, pois se insere nas atribuições do Presidente da República, que pode editar decretos relativos à organização da administração pública, desde que não envolvam aumento de despesas.
- c) é inconstitucional, pois o Presidente da República não pode transferir e extinguir cargos por decreto, uma vez que tal ato depende de autorização do Congresso Nacional.
- d) é válida, pois o Presidente da República tem competência para editar decretos autônomos sobre matérias administrativas, incluindo a criação e extinção de cargos.
- e) é válida, mas apenas se previamente houver autorização legislativa específica para a transferência e extinção de cargos.

25. Carlos, 40 anos de idade, é advogado com quinze anos de efetiva atividade profissional. Gabriela, 60 anos de idade, é membro do Ministério Público do Trabalho com 30 anos de efetivo exercício. Roberto, 45 anos de idade, é membro do Ministério Público Federal com 20 anos de efetivo exercício. Carlos, Gabriela e Roberto, todos residentes e atuantes no Rio de Janeiro, possuem notável saber jurídico e reputação ilibada. Levando-se em conta apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região poderia vir a ser composto por:

- a) Gabriela e Roberto, apenas.

- b) Carlos e Gabriela, apenas.
- c) Carlos, apenas.
- d) Roberto, apenas.
- e) Carlos, Gabriela e Roberto.

26. Considerando o texto constitucional de 1988, quanto às funções essenciais à justiça, analise os itens abaixo:

- I. Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- II. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- III. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e menores de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

27. Ao receber a notícia de que sediará, no próximo ano, relevantes competições esportivas internacionais de surf, um município na região sul do Brasil optou por instituir, em sua estrutura administrativa, um novo órgão dedicado ao planejamento esportivo. A finalidade é maximizar as vantagens advindas da realização desses eventos.

Nessa perspectiva, a implementação desse novo órgão deve ocorrer mediante um procedimento denominado:

- a) privatização.
- b) concentração administrativa.
- c) descentralização administrativa.
- d) centralização administrativa.
- e) desconcentração administrativa.

28. O ato administrativo configura uma forma específica de atuação no desempenho da função administrativa. Entre suas características fundamentais, destaca-se:

- a) Trata-se de uma manifestação implícita da vontade do Estado, prescindindo de qualquer formalização.
- b) Produz efeitos jurídicos imediatos e encontra-se, de maneira permanente, sujeito à fiscalização exercida pelo Poder Judiciário.
- c) Limita-se ao regime de direito privado, ficando afastado das prerrogativas conferidas à Administração Pública.
- d) Pode ser praticado exclusivamente pelo Poder Executivo, sem a colaboração dos demais Poderes.
- e) Não se vincula à legislação vigente, atuando de forma autônoma.

29. W, presidente do Tribunal Eleitoral Y, desejava, de maneira provisória, ampliar as instalações da sede, com o propósito de elevar a capacidade de prestação jurisdicional. Após breve levantamento, constatou-se que havia diversos imóveis vagos nas proximidades do prédio do Fórum Eleitoral, todos aptos a suprir as demandas administrativas do momento.

Diante dessa situação, foi instaurado um processo administrativo com a finalidade de proceder à locação de um imóvel, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a necessidade da locação mencionada, é correto afirmar que:

- a) será possível a locação direta do imóvel, dispensando-se a licitação, desde que haja avaliação do bem, contemplando seu estado de conservação, os custos de eventuais adaptações e o prazo de amortização dos investimentos a serem realizados;
- b) a locação será possível mediante inexigibilidade de licitação, considerando que o imóvel se destina às finalidades precípuas da administração e a escolha está atrelada às condições específicas de localização e instalação, exigindo compatibilidade de preço com os valores de mercado, conforme avaliação anterior;
- c) a contratação poderá ocorrer mediante dispensa de licitação, uma vez que o imóvel se destina ao atendimento das atividades essenciais da administração, estando a escolha condicionada às necessidades de localização e instalação, desde que o preço esteja compatível com o valor de mercado, conforme avaliação prévia;
- d) a locação deverá ser precedida de licitação, além de avaliação prévia acerca do imóvel, de seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização das melhorias necessárias;
- e) a contratação do imóvel deverá ocorrer exclusivamente por meio de concorrência, após avaliação do bem, análise do estado de conservação, dos custos para adaptações e do prazo de amortização dos investimentos realizados.

30. A empresa 123, constituída sob a forma de sociedade empresarial, atua na extração de matérias-primas e mantém aproximadamente mil trabalhadores, considerando os vínculos diretos e indiretos. Durante a primeira fiscalização promovida pela Administração Pública, em razão de danos ambientais imputados às atividades da companhia, foi determinada a interdição integral de suas instalações comerciais.

Diante desse cenário, a atuação da Administração Pública conflita com o princípio da:

- a) eficiência, em especial o subprincípio da efetividade;
- b) proporcionalidade, em especial o subprincípio da exigibilidade;
- c) razoabilidade, em especial o subprincípio da admissibilidade;
- d) autotutela, em especial o subprincípio da sindicabilidade;
- e) motivação, em especial a teoria dos motivos determinantes.

31. Para operar regularmente suas atividades comerciais, a empresa ABC precisou requerer a licença pertinente junto às autoridades competentes. Essa licença deve ser conferida após o atendimento de todas as exigências previstas na legislação.

Dessa forma, é correto afirmar que essa circunstância caracteriza a manifestação do:

- a) Poder de Polícia;
- b) Poder Hierárquico;
- c) Poder Normativo;
- d) Poder Disciplinar;
- e) Poder Discricionário.

32. A Lei nº 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece os princípios e critérios que devem nortear sua condução. Entre esses critérios:

- a) assegura-se o direito à comunicação, à produção de provas, à apresentação de alegações finais e à interposição de recursos, especialmente nos processos que possam resultar em sanções ou envolvam situações de litígio;
- b) a interpretação das normas administrativas deve ser realizada de modo a privilegiar o atendimento ao interesse público, sendo admitida a aplicação retroativa de nova interpretação;
- c) exige-se a adoção de formas complexas, de maneira a proporcionar grau adequado de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;
- d) admite-se a cobrança de despesas processuais, salvo nos casos em que a lei expressamente proíba;
- e) o impulso processual compete exclusivamente aos interessados, sendo vedada a iniciativa de ofício por parte da Administração Pública.

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

33. Um trabalhador exerce suas atividades em contato permanente com agentes nocivos à sua saúde, em grau máximo. Após a realização de perícia técnica, a empresa elimina completamente a insalubridade do ambiente de trabalho.

Considerando as regras celetistas, o entendimento sumulado pelo TST e que o salário-mínimo é de R\$ 1.412,00, assinale a alternativa que menciona o impacto financeiro imediato na remuneração do empregado:

- a) A remuneração permanece inalterada, pois o empregado está protegido em face da redução salarial.
- b) A remuneração é reduzida em R\$ 564,80, correspondente a 40% do salário-mínimo.
- c) A remuneração é reduzida em R\$ 353,00, correspondente a 25% do salário contratual.
- d) A remuneração é reduzida em R\$ 282,40, correspondente a 20% do salário-mínimo.
- e) A remuneração é reduzida em R\$ 141,20, correspondente a 10% do salário-mínimo.

34. Menfis, empregado da empresa Fiel S.A., em comum acordo com seu empregador, decide extinguir o contrato de trabalho. O empregado tem um salário de R\$ 3.000,00 e mais de 3 anos de serviço na empresa. Considerando que o aviso prévio será indenizado, sujeitando-se à duração total de 39 dias, e o saldo do FGTS é de R\$ 5.000,00, assinale a alternativa que menciona o valor total que o empregado receberá nesta rescisão:

- a) R\$ 3.000,00 (metade do aviso prévio) + R\$ 4.000,00 (saque do FGTS) + R\$ 2.000,00 (multa de 40% sobre FGTS)
- b) R\$ 1.500,00 (metade do aviso prévio) + R\$ 4.000,00 (saque do FGTS) + R\$ 500,00 (multa de 10% sobre FGTS)

c) R\$ 1.950,00 (metade do aviso prévio) + R\$ 4.000,00 (saque do FGTS) + R\$ 1.000,00 (multa de 20% sobre FGTS)

d) R\$ 3.900,00 (aviso prévio integral) + R\$ 1.000,00 (multa de 40% sobre FGTS)

e) R\$ 3.000,00 (aviso prévio integral) + R\$ 5.000,00 (saque do FGTS) + R\$ 1.000,00 (multa de 20% sobre FGTS)

35. Em um cenário de reestruturação societária, a empresa Ômega S.A. é incorporada pela empresa Beta Ltda., operando-se a sucessão empresarial. Considerando a legislação trabalhista consolidada e a jurisprudência dominante, assinale a alternativa que corretamente descreve a situação dos empregados da Ômega S.A. após a incorporação:

a) Os contratos de trabalho dos empregados da Ômega S.A. são automaticamente rescindidos, cabendo à Beta Ltda. apenas a readmissão dos que forem de seu interesse, sem reconhecimento do tempo de serviço anterior.

b) A Beta Ltda. não possui qualquer responsabilidade sobre os contratos de trabalho da Ômega S.A., uma vez que se trata de outra pessoa jurídica, sendo da Ômega S.A. a responsabilidade exclusiva sobre as obrigações trabalhistas.

c) Os empregados da Ômega S.A. passam automaticamente a trabalhar para a Beta Ltda., que assume integralmente as responsabilidades trabalhistas pretéritas e futuras, sem que isso afete os direitos adquiridos dos empregados.

d) Os empregados da Ômega S.A. devem firmar novos contratos de trabalho com a Beta Ltda., sendo garantido o pagamento de indenização correspondente a 40% do FGTS sobre o período trabalhado na empresa anterior.

e) A Beta Ltda. poderá optar por manter apenas parte dos empregados da Ômega S.A., rescindindo os contratos dos demais e pagando as verbas rescisórias proporcionais ao tempo de serviço prestado a ambas as empresas.

36. Uma empresa, visando modernizar seus processos internos, decide implementar o regime de teletrabalho para parte de seus empregados. Nesse contexto, analise as seguintes afirmações:

- I. O contrato de trabalho dos empregados em regime de teletrabalho deve especificar a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária, bem como eventual reembolso de despesas arcadas pelo empregado.
- II. A empresa é responsável por instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, sendo dispensável a assinatura de termo de responsabilidade pelo empregado.
- III. O comparecimento habitual às dependências do empregador para a realização de atividades específicas descaracteriza o regime de teletrabalho, devendo o contrato ser alterado para a modalidade presencial.

Em face da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

37. Em uma empresa com 500 empregados, os trabalhadores reivindicam a realização de eleições para a formação de uma comissão de representantes dos empregados, a fim de promover o entendimento direto com o empregador, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) É assegurada a realização da eleição, devendo a comissão ser composta por cinco membros, eleitos pelos empregados em votação secreta, com mandato de dois anos, permitida uma reeleição.
- b) É assegurada a realização da eleição, devendo a comissão ser composta por três membros,

indicados pelo sindicato, com mandato de um ano, permitida a recondução.

- c) É assegurada a realização da eleição, devendo a comissão ser composta por cinco membros, eleitos pelos empregados em votação secreta, com mandato de um ano, permitida uma reeleição.
- d) Não é assegurada a realização da eleição, sendo a formação da comissão de representantes dos empregados uma faculdade, a ser decidida em conjunto com o sindicato.
- e) É assegurada a realização da eleição, devendo a comissão ser composta por três membros, eleitos pelos empregados em votação secreta, com mandato de um ano, não sendo permitida reeleição para o mandato subsequente.

38. Em relação ao contrato de aprendizagem, assinale a alternativa correta:

- a) O contrato de aprendizagem pode ser estipulado por prazo indeterminado, visando garantir a continuidade da formação profissional do aprendiz.
- b) A idade máxima para a contratação de aprendizes é de 24 anos, não se aplicando essa limitação aos aprendizes portadores de deficiência, desde que comprovada a impossibilidade de conclusão do ensino médio.
- c) O contrato de aprendizagem pode ser rescindido, por iniciativa do empregador, em caso de desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, mesmo que este seja portador de deficiência e desprovido de recursos de acessibilidade e apoio necessários.
- d) A contratação de aprendizes é obrigatória para estabelecimentos de qualquer natureza, inclusive por entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional.
- e) A duração do trabalho do aprendiz não poderá exceder de seis horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação de jornada, exceto quando o aprendiz já tiver concluído o ensino fundamental, caso em que o limite poderá ser de até oito horas diárias.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*Bruno Klippel*

39. Quanto ao processo judiciário do trabalho, é correto afirmar:

- a) Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as regras da CLT.
- b) O direito processual comum é fonte primária, sendo aplicadas as normas processuais contidas na CLT de forma subsidiária.
- c) Havendo omissão da CLT sempre serão aplicadas as regras do direito processual comum como fonte subsidiária.
- d) Aplicam-se apenas as regras contidas na CLT, não podendo ser aplicada norma prevista no direito processual comum.
- e) A CLT não possui regras processuais próprias, razão pela qual são aplicadas normas do direito processual comum.

40. Conforme normas legais que regulam a matéria, a competência da Justiça do Trabalho EXCLUI a análise e julgamento de ações

- a) sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- b) oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- d) de indenizações por danos morais e também danos materiais ou patrimoniais, decorrentes da relação de trabalho.
- e) penais para apuração de crimes contra a organização do trabalho, incluindo trabalho escravo e trabalho infantil irregular.

41. De acordo com o entendimento pacífico da jurisprudência do TST,

- a) inexistente previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte à audiência.
- b) pessoa jurídica de direito público não se sujeita à revelia.
- c) a reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, salvo se presente seu advogado munido de procuração específica.
- d) diante da gravidade do ato, a revelia da reclamada não pode ser ilidida.
- e) a revelia produz confissão na ação rescisória.

42. O seguinte comando do Código de Processo Civil é considerado INCOMPATÍVEL com o Processo do Trabalho, de acordo com entendimento sumulado pelo TST:

- a) Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos, tendo em conta a complexidade da causa.
- b) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- c) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- d) Não havendo preceito legal nem assinalação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- e) Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.

43. Jones da Silva após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Jones sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,

- a) o advogado de Jones fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- b) o reclamante Jones poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.
- c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.
- d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.
- e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

44. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Na reclamação trabalhista Z o valor da causa é R\$ 15.000,00 e as partes são Carolina e o Município S.
- II. Na reclamação trabalhista Q o valor da causa é R\$ 30.000,00 e as partes são Felícia e a empresa privada W.
- III. Na reclamação trabalhista S o valor da causa é R\$ 32.000,00 e as partes são Ana Clara e fundação pública Q.
- IV. Na reclamação trabalhista W o valor da causa é R\$ 35.000,00 e as partes são Marcela e autarquia municipal L.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, NÃO estão submetidas ao procedimento sumaríssimo APENAS

- a) as reclamações trabalhistas III e IV.
- b) a reclamação trabalhista I.
- c) a reclamação trabalhista II.
- d) as reclamações trabalhistas II e III.
- e) as reclamações trabalhistas I, III e IV.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

45. O planejamento que envolve a organização como um todo e tem por objetivo nortear os caminhos que a organização deve seguir é chamado de

- a) planejamento intermediário
- b) planejamento operacional
- c) planejamento tático
- d) planejamento estratégico
- e) planejamento gerencial

46. Os fragmentos a seguir foram extraídos do site do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-SP).

“Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

“Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.”

“Ética, Acessibilidade, Agilidade, Eficiência, Transparência, Inovação, Valorização das pessoas, Sustentabilidade, Efetividade, Comprometimento, Segurança jurídica e Respeito à diversidade.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) os valores, a visão e a missão do TRT-SP.
- b) a missão, os valores e a visão do TRT-SP.
- c) a visão, a missão e os valores do TRT-SP.
- d) a visão, os valores e a missão do TRT-SP.
- e) a missão, a visão e os valores do TRT-SP.

47. O ajuste espontâneo (ou ajustamento mútuo) ocorre no âmbito da coordenação, e consiste na:

- a) realização da supervisão pelo gerente do departamento
- b) supervisão pelo líder autocrático
- c) comunicação entre os próprios responsáveis pelas atividades, sem envolver relação de subordinação.
- d) relação de subordinação entre os membros das equipes de diferentes departamentos
- e) função delegatória de responsabilidades pelo superior hierárquico

48. O tipo de liderança baseado em uma relação de troca, em que o líder oferece recompensas aos subordinados em troca do atingimento das metas e objetivos organizacionais por parte desses subordinados, é conhecida como

- a) Liderança democrática
- b) Liderança transacional

- c) Liderança transformacional
- d) Liderança autocrática
- e) Liderança liberal

49. O que diferencia as decisões programadas das decisões não programadas é:

- a) o nível de eficácia das decisões
- b) a hierarquia existente entre ambas
- c) o sinal de sucesso ou fracasso das decisões
- d) o grau de ineditismo ou recorrência da situação
- e) o nível de maturidade da organização

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

Rodrigo Rennó

50. Durante um diagnóstico de cargos, a área de Recursos Humanos de uma empresa detectou que vários postos de trabalho apresentavam tarefas fragmentadas, repetitivas e de baixa autonomia, gerando desmotivação e absenteísmo. Para reverter esse quadro, foi proposto um redesenho dos cargos com o objetivo de agregar variedade de habilidades, aumento de responsabilidade e maior significado às atividades. De acordo com os princípios contemporâneos de desenho de cargos, essa estratégia configura:

- a) Simplificação funcional, com foco na racionalização dos fluxos operacionais.
- b) Job rotation, alternando funcionários em diferentes postos para redução da fadiga.
- c) Ampliação horizontal dos cargos, aumentando apenas a quantidade de tarefas similares.
- d) Enriquecimento vertical dos cargos, elevando a profundidade e a autonomia das funções.
- e) Fusão de tarefas, visando a formação de equipes polivalentes de alta performance.

51. Durante a revisão de seu plano de cargos e salários, uma empresa de tecnologia identificou que diversos cargos, inicialmente concebidos para atividades especializadas, passaram a incorporar funções administrativas, técnicas e até operacionais, sem uma lógica funcional clara. Como consequência, surgiram dificuldades na definição de critérios objetivos para avaliação de desempenho, gestão de competências e delineamento de planos de carreira. Considerando a teoria de análise e descrição de cargos, essa situação configura:

- a) Um caso típico de ampliação horizontal planejada, promovendo a diversificação funcional de forma intencional e estratégica.
- b) Um processo espontâneo de enriquecimento vertical, caracterizado pelo aumento deliberado da autonomia e responsabilidade do trabalhador.
- c) Uma falha de desenho organizacional, evidenciada pelo agrupamento indiscriminado de tarefas heterogêneas, comprometendo a identidade funcional dos cargos.
- d) Um reflexo natural da evolução organizacional contemporânea, em que a multifuncionalidade é desejável, mesmo sem integração lógica entre as funções.
- e) Um modelo bem-sucedido de estrutura matricial de cargos, em que os trabalhadores assumem simultaneamente papéis em múltiplos projetos de diferentes naturezas.

52. Durante a implantação de um novo sistema de gestão do desempenho em uma autarquia federal, a equipe de RH estabeleceu que, além do planejamento de metas, seria fundamental acompanhar periodicamente a execução das atividades, possibilitando intervenções preventivas e corretivas ao longo do ciclo de avaliação. Considerando o papel do acompanhamento no processo de gestão do desempenho, é correto afirmar que:

- a) O acompanhamento limita-se ao registro quantitativo dos resultados finais alcançados, não

havendo necessidade de intervenções durante a execução das atividades.

- b) O acompanhamento efetivo deve prever feedbacks contínuos, identificação de desvios de comportamento ou de resultados e proposição de ações corretivas ao longo do período de avaliação.
- c) O acompanhamento substitui a necessidade de avaliação formal de desempenho, sendo suficiente para mensurar a contribuição do servidor.
- d) O acompanhamento concentra-se apenas em atividades de baixa complexidade, nas quais a execução pode ser monitorada com facilidade.
- e) A ausência de acompanhamento sistemático fortalece a autonomia dos servidores, incentivando a inovação e o autogerenciamento dos resultados.

53. Ao finalizar o ciclo anual de avaliação de desempenho, um gerente percebeu que, apesar dos esforços para manter a imparcialidade, suas decisões estavam sendo fortemente influenciadas por episódios recentes, nos quais os servidores demonstraram comportamentos positivos ou negativos intensos. Tal tendência comprometeu a análise global do período. Com base no estudo dos erros de avaliação, o viés apresentado caracteriza:

- a) Efeito halo, no qual uma impressão geral (positiva ou negativa) contamina todos os demais critérios avaliados, independentemente do comportamento real.
- b) Erro de recência, onde o avaliador dá peso desproporcional a eventos ocorridos nas últimas semanas, em detrimento de todo o histórico de desempenho.
- c) Erro de tendência central, caracterizado pela preferência do avaliador em evitar notas extremas e concentrar a avaliação em níveis medianos.
- d) Efeito Horn, quando uma característica isolada negativa é supervalorizada e prejudica a avaliação de todas as demais dimensões.
- e) Erro de severidade, relacionado à prática sistemática de atribuir avaliações extremamente baixas a todos os avaliados, sem individualização.

54. Uma organização privada, ao revisar seu processo de captação de talentos, percebeu que, embora o número de currículos recebidos fosse elevado, a taxa de aproveitamento nas fases finais do processo seletivo era muito baixa, indicando um descompasso entre o perfil buscado e o perfil atraído. Após análise crítica, a equipe de RH concluiu que seria necessário revisar o processo de planejamento e avaliação das ações de recrutamento. Com base na estrutura clássica das fases do recrutamento, assinale a afirmativa correta:

- a) A execução do recrutamento compreende a etapa de definição dos perfis profissionais e planejamento das estratégias de atração de candidatos.
- b) O planejamento do recrutamento deve ser realizado após a coleta de currículos, pois depende da análise prévia dos perfis disponíveis no mercado.
- c) A avaliação do recrutamento objetiva aferir a eficiência e a eficácia dos meios e técnicas utilizados, considerando a qualidade e a aderência dos candidatos atraídos.
- d) A coleta de dados é desnecessária no recrutamento externo, visto que a diversidade de candidatos compensa a ausência de informações estratégicas.
- e) A etapa de avaliação do recrutamento é facultativa, devendo ser aplicada apenas quando a organização enfrenta alta rotatividade de colaboradores.

55. Uma empresa multinacional, buscando preencher uma posição de alta gestão estratégica, optou por contratar uma empresa especializada no mapeamento e abordagem ativa de executivos qualificados para ocupar o cargo. Além disso, para funções técnicas de nível intermediário, recorreu a agências tradicionais de emprego. Considerando as fontes de recrutamento e os agentes intermediários, analise as assertivas:

- I. Os headhunters atuam na prospecção proativa de talentos para cargos executivos, buscando perfis específicos de mercado.

II. As consultorias de outplacement são contratadas para apoiar os profissionais em processo de recolocação no mercado de trabalho, geralmente após desligamento.

III. As agências de emprego têm como principal foco a intermediação de vagas técnicas e operacionais, geralmente em processos de recrutamento de volume.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II apenas.
- e) I, II e III.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

56. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a (I) devolução de caução contratual paga por particular; a (II) arrecadação de receita decorrente de prestação de serviços públicos; e a (III) devolução de saldo de convênio não utilizado pelo conveniente ao ente público conveniente correspondem, respectivamente, a uma receita orçamentária:

- a) orçamentária não efetiva, orçamentária efetiva e extraorçamentária.
- b) extraorçamentária, orçamentária efetiva e orçamentária não efetiva.
- c) extraorçamentária, orçamentária efetiva e extraorçamentária.
- d) orçamentária não efetiva, orçamentária efetiva e orçamentária efetiva.
- e) extraorçamentária, orçamentária não efetiva e extraorçamentária.

57. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual (LOa) referente ao exercício financeiro de 2025 de um ente público poderá:

- a) conter autorização genérica para abertura de créditos suplementares ilimitados, desde que haja superávit financeiro do exercício anterior.
- b) prever a realização de despesas relativas a encargos da dívida pública como despesas correntes.
- c) dispor sobre a abertura de créditos adicionais extraordinários, desde que imprevisíveis e urgentes.
- d) incluir o montante previsto para receitas oriundas de operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias.
- e) fixar dotações para pagamento de despesas de exercícios anteriores, independentemente de dotação própria para ela.

58. Com base na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 4.320/1964 e na Lei Complementar nº 101/2000, no que se refere às emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOa) e à estrutura do orçamento público, é correto afirmar que:

- a) as emendas ao PLOA, inclusive as de relator-geral, devem observar a compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, mas não precisam indicar a fonte de recursos.
- b) a execução obrigatória das emendas individuais está condicionada à existência de dotação orçamentária, independentemente de impedimento de ordem técnica.
- c) as emendas de bancada estadual são de execução obrigatória até o limite de 2% da receita corrente líquida, desde que pelo menos 50% desse valor seja destinado à saúde.
- d) as emendas ao projeto de lei orçamentária podem ser aprovadas apenas se forem compatíveis com o PPA e LDO e indicarem os recursos correspondentes, sendo vedada a anulação de despesas com pessoal e encargos sociais.

e) as emendas impositivas de relator são de execução obrigatória, desde que não interfiram no cumprimento da meta de resultado primário prevista na LDO e estejam compatíveis com a LOA.

59. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), constitui conteúdo obrigatório dos Relatórios de Transparência da Gestão Fiscal:

- a) O Relatório de Gestão Fiscal, que deve evidenciar os compromissos assumidos com operações de crédito externo ainda não contratadas.
- b) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que deve conter demonstrativo específico da execução das receitas e despesas previdenciárias.
- c) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que deve evidenciar o montante da dívida consolidada líquida e receita corrente líquida no bimestre e ser publicado até o final do mês subsequente ao bimestre encerrado.
- d) O Relatório de Gestão Fiscal, que deve conter demonstrativo da execução dos restos a pagar processados e não processados até o fim do semestre.
- e) O Relatório de Gestão Fiscal, que deve ser publicado quadrimestralmente, contendo demonstrativo da aplicação mínima em manutenção e desenvolvimento do ensino.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS
AO SETOR PÚBLICO***Gilmar Possati*

- 60.** A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um importante instrumento para a análise da gestão financeira de uma entidade pública. Em relação à sua estrutura e aos métodos de elaboração, assinale a alternativa correta:
- a) A DFC deve ser elaborada exclusivamente pelo método indireto, partindo do resultado patrimonial e ajustando-o para refletir os fluxos de caixa das atividades operacionais.
 - b) As atividades de investimento compreendem apenas a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo, como imóveis e equipamentos, não incluindo os empréstimos concedidos a outras entidades.
 - c) As atividades de financiamento incluem o recebimento de doações e transferências de capital, que representam um aumento do patrimônio líquido da entidade.
 - d) Os juros pagos e recebidos devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento, refletindo a rentabilidade das aplicações financeiras da entidade.
 - e) A DFC deve ser elaborada pelo método direto, apresentando as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos, segregadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Discursiva

Nos últimos anos, têm crescido os debates sobre o uso de tecnologias digitais nos processos trabalhistas, sobretudo com o avanço da digitalização do Judiciário e a expansão do teletrabalho. A Justiça do Trabalho tem sido desafiada a garantir a efetividade dos direitos sociais dos trabalhadores em um cenário de rápidas transformações, que envolvem desde a proteção de dados até a dificuldade de aferição de jornada em ambientes virtuais.

Além disso, o uso de plataformas digitais para contratação e controle de mão de obra, como no caso dos aplicativos de transporte e entrega, evidencia novas formas de organização do trabalho, muitas vezes sem vínculo formal reconhecido, o que impõe à Justiça do Trabalho a missão de conciliar inovação e justiça social.

Conforme destaca o relatório Justiça em Números 2023, elaborado pelo CNJ, mais de 90% dos processos que ingressam na Justiça do Trabalho já tramitam de forma eletrônica, e os tribunais vêm ampliando a adoção de ferramentas de inteligência artificial, videoconferência e gestão automatizada de dados.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

OS DESAFIOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
